

ENTREVISTA \ Paulo Hartung

Hartung mostra suas cartas

A12019

Em entrevista exclusiva para A GAZETA, o governador Paulo Hartung (PSB) revelou suas metas de Governo para 2004, os planos para o secretariado - que, se quiserem disputar a eleição, deverão antecipar a desincompatibilização dos cargos para o dia 20 de abril -, e disse como agirá na eleição de outubro: sem interferir na disputa. Hartung informou, ainda, que um acordo com a cúpula nacional do PSB deu ao vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), pré-candidato à Prefeitura de Vitória, "poderes" para conduzir o processo eleitoral na Capital. Pela primeira vez, o governador falou abertamente sobre José Paulo Calmon Nogueira da Gama, seu candidato à Procuradoria-Geral de Justiça. Disse também que, se depender dele, a procuradora-geral do Estado, Gladys Bitran, será a primeira desembargadora do Tribunal de Justiça. No que diz respeito à política de alianças, ele confirmou uma aproximação com o PL e o PDT.

A que conclusão o Governo chegou no Seminário de Planejamento Estratégico?

A conclusão principal é que o ano de 2003 permitiu que a gente avançasse um pouco mais do que nós planejamos. E quando a gente consegue ultrapassar a meta, é natural que a gente vibre com esse feito. Mas a realização de um seminário é um fato importante porque deixa os dois pés do Governo fincados no chão. E aí você reflete e entende que o ano de 2004 ainda é um ano de transição para um cenário que a gente desenha a partir de 2005, 2006, de uma situação estabilizada.

O senhor pode falar em números?

No ano passado, nós não conseguimos nem 1% para investir com recursos próprios. Neste ano, nós já vamos ter alguma coisa em torno de 4%. E a meta do plano de quatro

ANDRÉIA LOPES E EDUARDO CALIMAN

- ★ Pré-candidatos vão deixar Governo até 20 de abril
- ★ Lelo conduzirá alianças do PSB em Vitória
- ★ Apoio a José Paulo no MPE é confirmado
- ★ Gladys tem preferência para vaga no Tribunal



Gildo Loyola

ATIVO NAS ELEIÇÕES

O governador afirma que não tentará tutelar as eleições municipais, mas diz que não ficará passivo 'se em algum lugar tiver algum esquema para fortalecer grupos ligados à corrupção': 'Nesse caso, eu não me negarei a fazer caminhada, ir para a rua, subir num palanque'

vamos ter alguma coisa em torno de 4%. E a meta do plano de quatro anos é restabelecer a capacidade de 10% de investimento com recurso próprio. Ou seja, 4% já é significativo, se comparado com a meta e se comparado com o primeiro ano de Governo e com os anos anteriores, quando a capacidade de investimento era zero. Mas se você olhar racionalmente, e ver quanto tempo ficou sem investimento no Estado, chegamos a mais de 10 anos. Então, o buraco que ficou no caixa ao longo de todos esses anos, de falta de investimento, é enorme. Aí você entra dentro do hospital público e vai ver o problema que ficou, o que falta, o que deveria ter sido feito há oito anos e foi se acumulando.

Se o dinheiro que estará disponível neste ano é muito grande comparado com o que ficou ano passado, ele é muito pequeno diante das necessidades que nós temos no sentido de qualificar o serviço público que nós prestamos. Foram mostradas, então, as limitações desse ano, que será um ano de escassez de recursos diante das demandas.

Mas vai dar para melhorar, como o senhor havia dito, a prestação de serviços à população?

Dá para melhorar a prestação de serviços para o povo. No ano passado a gente teve uma pequena melhora. Este ano dá para fazer uma melhora muito mais significativa. Mas não dá para esticar a perna demais. Por isso é preciso ter foco. Focar é ter sendo de prioridade. É chegar na Saúde e examinar, das 200 coisas que precisam ser feitas, escolher cinco que são prioritárias e que a gente tem condições financeiras e materiais de executar. Isso é o sentido do planejamento: ter pé na realidade e sentido de prioridade das coisas.

Mas que tipo de melhorias poderão ser feitas?

Os cuidados com a nossa malha rodoviária estadual neste ano já serão muito melhores que no ano passado. No ano passado, para fazer uma operação tapa-buraco no interior, eu tive que pedir aos prefeitos, que colocaram máquina, equipamento, pessoal, porque a gente não tinha dinheiro para isso. Esse ano não. Nós não vamos precisar mais das prefeituras porque teremos dinheiro para fazer isso. Mas você vai chegar em algumas estradas que foram destruídas ao longo do tempo. Quem pega a 262 e tenta ir a Piaçú, em Muniz Freire, encontra um pedaço de estrada destruído. Existem muitos pe-

daços destruídos, e eu estou citando só um exemplo. Na hora em que a gente tiver fôlego financeiro, nós vamos fazer as outras estradas que precisam ser feitas. Nós estamos tentando uma operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e isso vai nos ajudar. Alguns trechos de estradas que precisam ser reconstruídas, neste ano nós vamos reconstruir. Na Saúde, de recursos do tesouro estadual, só para custeio e investimento, serão R\$ 134 milhões. Em estradas nós vamos investir R\$ 50 milhões. Só de investimentos na área de Educação são mais de R\$ 70 milhões neste ano.

Parte do seu secretariado vai se desincompatibilizar do cargo para disputar a eleição. O senhor já pensa em reforma?

A data de desincompatibilização estava me deixando muito tranqüilo porque era agora em abril. As consultas que foram feitas remeteram essa data para junho. Mas eu acho que quem quer se desincompatibilizar poderia nos ajudar se desincompatibilizando antes.

Antes quando?

Eu acho que em algum momento de abril, 20 de abril. Porque eu vou ficar fora, e as pessoas vão querer conversar comigo sobre esse assunto.

Por que o senhor acha que a antecipação seria mais adequada?

Porque o planejamento está feito. A máquina vai ganhando velocidade. Se você ficar interrompendo, trocando pessoas no meio do processo, cria uma certa descontinuidade. E precisamos evitar isso. Eu acho que quem quer sair é legítimo, mas eu acho que poderíamos acertar uma data em torno do dia 20. E eu acho que seria um presente de aniversário para mim, porque eu faço

aniversário no dia 21. Não é presente sair ou ficar (risos). É resolver logo para deixar a gente ter equipe para trabalhar neste ano.

E qual será o comportamento do Governo na eleição?

O outro aspecto da eleição está no discurso que eu fiz na abertura do Seminário de Planejamento Estratégico. Eu disse que o Governo vai ter um comportamento diferenciado em relação à prática que era comum em nosso Estado e pelo Brasil afora. Eu uso a expressão de que nós não vamos seguir pelo caminho de tentar tutelar a política local, que tem uma dinâmica própria. As pessoas perguntam: 'Ah, e se em algum lugar tiver algum esquema para fortalecer grupos ligados à corrupção, ao crime organizado, o governador vai ficar passivo?'. Não, é claro que não. Nesse caso, eu não me negarei a fazer caminhada, ir para a rua, subir num palanque, e assim por diante. Eu acho que estamos numa luta de moralizar nosso Estado, de fazer uma limpeza. Naquilo que for necessário, a minha presença vai acontecer.

Há uma especulação, nos bastidores, de que o PSB poderia estar se aproximando do PT para compor uma aliança em Vitória. Como o senhor avalia esse fato?

Lá atrás, quando o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), mostrou interesse em disputar essa eleição, ele pediu uma conversa comigo, com a direção local e com a direção nacional do partido. Naquela época, o Lelo havia pensado em deixar o PSB. E ele estava colocando com muita clareza sua disposição de participar desse processo em Vitória como candidato. O PSB local e nacional mostraram interesse de que ele não saísse do PSB. Ele tinha convite para ir para o PMDB. E essa conversa foi feita aqui em Vitória, inclusive, com o ministro Eduardo Campos. E nessa reunião foi dada tranqüilidade ao Lelo para que ele ficasse no PSB e conduzisse

o processo em Vitória. Esse foi um acordo feito. Como no PSB, até hoje, todos os acordos feitos comigo ou na minha frente foram cumpridos, eu acho que o que está valendo é isso. Se houver algum movimento contra o que foi tratado, sinceramente, vai ser para mim uma surpresa e uma decepção. Eu acho que a gente não é obrigado a concordar com as coisas, mas as pessoas deixam de tomar decisões na vida em função de tratos que são feitos.

Sobre a política de alianças, o PL e o PDT - dos prefeitos da Serra, Sérgio Vidigal, e de Vila Velha, Max Filho - estão mais próximos do Governo?

Sim. O PDT tem conversado com algumas lideranças nossas nos últimos meses. E o PL também tem conversado com o vice-governador através de seus deputados estaduais. Na verdade, se vocês tentarem refazer a história do nosso processo eleitoral, nós ganhamos a eleição com a frente mais ampla de todos os candidatos. Acabou a eleição, eu fiquei imóvel no segundo turno, numa posição pensada. O Governo que saísse da eleição no segundo turno eu tinha que ter um bom diálogo com ele para ajudar a enfrentar os problemas aqui do Estado. E eu fui lá, mostrei ao presidente Lula o projeto que eu tinha para o Estado. E na mesma audiência eu convidei o PT para vir para o Governo. Na mesma época eu chamei o PDT e o PL para conversar. Na época, eles entenderam que não deviam participar do Governo, mas eu fiz esse gesto mostrando claramente que eu queria unir todas as forças.

Seria exagero dizer que agora eles estão se aproximando dessa aliança?

Existem conversas e essas conversas estão autorizadas por mim. Eu fui con-

sultado pelos interlocutores. Para nós o problema do Estado não está resolvido. A máquina pública foi roubada por muitos anos e muito dinheiro foi acumulado. Acumulou a influência dentro da máquina. Nós avançamos nesse período muito mais do que esperávamos, mas a luta tem que continuar.

O senhor saiu magoado da campanha, dizendo que em alguns momentos ela foi agressiva...

A campanha foi agressiva, desleal, mentirosa. Eu saí mal daquele episódio político. Mas superei rapidamente. E eu tinha um papel. Não podia estar valorizando coisas que não eram questões centrais. Eu tinha que unir forças. Mas acho que houve um momento em que algumas forças políticas deram um tempo para ver se esse Governo ia dar certo ou errado. Houve uma fase em que muita gente não sabia para onde o Governo ia. E ao invés de vir junto ajudar a travessia, preferiram ficar de espectadores. O Governo fez o pedaço mais difícil da travessia, mas não ficou arrogante. Arrogância é a antessala do fracasso na política. Se essas forças quiserem somar com a gente para ajudar o Estado, o meu papel é acolhê-las.

O Ministério Público Estadual elege seu novo procurador-geral de Justiça neste mês. O senhor tem um candidato preferido?

O meu candidato é o procurador José Paulo Calmon. Evidentemente que isso, de ter preferência e explicitá-la com lealdade e clareza, não é crime. Crime é omissão. Mas eu não estou dentro do Ministério Público pedindo voto. Esse não é meu papel. Eu não chamei aqui no gabinete nenhum promotor, nenhum procurador para pedir voto. Eu sei qual é o meu papel, qual é o meu lugar e a minha responsabilidade. Mas, por ter responsabilidade, eu coloco as minhas posições com muita clareza. Muita gente escreve de vez em quando que eu estou irreconhecível. Por que isso? Eu sou de formação democrática, um conciliador. Minha história é essa, de sempre procurar a forma de menos atrito para fazer as coisas. Mas evidentemente que eu sou um conciliador que tem clareza das coisas que precisam ser feitas. Um conciliador que sabe o que aconteceu nesse Estado nos últimos anos. Esse conciliador é obrigado, nesse momento, a ter uma postura compatível com a necessidade de mudança nas diversas instituições do Estado. É isso que estou fazendo.

Cabo eleitoral

Governador quer levar Gladys ao Tribunal de Justiça e Feu Rosa ao STJ

Se depender do governador Paulo Hartung, uma mulher será indicada pela primeira vez ao cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado. A candidata que conta com o apoio dele é a atual procuradora-geral do Estado, Gladys Bitran, que poderá ser conduzida pela Ordem dos Advogados do Espírito Santo. A palavra final, entretanto, é de Hartung. "Ela é um talento da profissão que ela optou seguir. É uma jurista admirada por todos, a começar pelos seus colegas. Eu tenho a maior admiração pela Gladys. A minha posição só depende dela. Ela está voltando - Gladys estava de licença médica - e ela

me disse que vai ao Tribunal de Justiça conversar com os desembargadores", afirmou o governador. Hartung também tem feito "campanha", só que em Brasília, para o desembargador Pedro Valls Feu Rosa, que almeja ocupar uma cadeira de ministro do Superior Tribunal de Justiça. "É isso já é uma coisa boa para o Espírito Santo. E eu estou otimista. Mas é um otimismo realista por conta da quantidade de pleitos que são feitos. Estamos trabalhando, que é o mais importante. Tenho pedido apoio pessoalmente aos votantes e àqueles que influenciam ou tem amizade com os votantes", admitiu.